



O ESCOLANOVISMO E O ENSINO RURAL EM GOIÁS, A JUNÇÃO DE DUAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PARA ATENDER A UM PRÓPOSITO DE PRODUÇÃO

¹Luciana da Silva Martins

²Márcia Amélia Guimarães

³Wanderson Pereira Lima

GT2 – Trabalho, Educação e Políticas Educacionais

Resumo

O presente trabalho é resultado de uma Pesquisa bibliográfica, com análise documental, que retrata o processo escolanovista em Goiás. Foram utilizados artigos, dissertações, teses e livros referentes ao assunto. O objetivo deste se fundamenta numa proposta de analisar o contexto goiano no período de implantação e expansão do movimento escolanovista, retratando o processo ruralista ao qual o ensino foi inserido por meio de uma campanha de ruralização, atendendo as demandas políticas de produção e tendo como base o processo escolanovista, ou seja a renovação das práticas pedagógicas. O texto propõe uma discussão sobre o contexto histórico da Educação em Goiás, após a revolução de trinta, as perspectivas escolanovistas e a educação goiana, buscando explicar a partir de uma análise de práticas e discursos registradas na REVISTA DE EDUCAÇÃO, publicada na época, como as diferenças de perspectivas foram inseridas num mesmo contexto e de que forma essa junção constituiu as práticas do ensino em Goiás. A proposta da pesquisa parte da concepção que a proposta escolanovista e a política ruralista em Goiás constituiu a formação de um *habitus*. Referências acerca de estudos sob escolanovistas, da História de Goiás, a Revolução de Trinta em Goiás, e sobre o ruralismo em Goiás, fornece bases para esta análise. Conclui-se neste que o ruralismo em Goiás desenvolveu-se justaposto ao ideário escolanovista, atendendo as necessidades expansionais e a um discurso pedagógico ressaltado pela renovação da Escola Nova, mas também sendo influenciado por uma política agrária vigente, do qual constituiu-se um *habitus* acerca das práticas e discursos da educação goiana de promoção a produção capitalista.

Palavras-chave: 1-Educação. 2-escolanovismo. 3-ruralismo. 4- Goiás

¹ Luciana da Silva Martins é mestranda em Educação, Linha Teorias e Processos Pedagógicos pela PUC- GO, é participante do Grupo de Pesquisa da Capes Pensamento Educacional Brasileiro-plucianamartins@hotmail.com

² Marcia Amélia Guimarães é mestranda em Educação, Linha Teorias e Processos Pedagógicos pela PUC-GO.-marciaaguima@yahoo.com.br

³ Wanderson Pereira Lima é mestrando em Educação pela UFG.- wplima9@gmail.com



Introdução

O objetivo deste texto é analisar o contexto goiano no período da implantação e extensão escolanovista, em um período que foi inserido uma campanha de ruralização do ensino em Goiás, atendendo as demandas políticas de produção. Buscar respaldo que fundamente uma análise sobre o contexto histórico de Goiás, após a revolução de trinta, retratando as perspectivas escolanovistas, a construção de um *habitus* na educação goiana e por fim explicar como as diferenças de perspectivas foram inseridas num mesmo contexto e de que forma essa junção constituiu o ensino em Goiás.

Para tentar alcançar este fim, foram utilizados artigos, dissertações e teses referentes ao assunto, numa pesquisa bibliográfica, utilizando material disponibilizado pela internet em sites livres, Sciello e banco de dados da USP. Além de livros que retratam o assunto em pauta. Utilizou-se também a metodologia da análise documental, a partir de exemplares da REVISTA DE EDUCAÇÃO, anos, 1959 e 1960. E autobiografias. Por meio de uma análise de conteúdo.

Autores com Referências acerca de estudos sob escolanovistas como MONARCHA, 1997, 2009, 2010, TIBALLI, 2010, 2013. NEPOMUCENO, 1994, 2010. ROMANELLI, 1986. E acerca da História de Goiás e a Revolução de Trinta em Goiás, como SILVA, 2005, e sobre o ruralismo em Goiás, VIEIRA, 2012, fundamentaram teoricamente esta abordagem.

O contexto escolanovista

Desde a Revolução Francesa, o olhar sob a educação teve um outro significado, atentou-se como instrumento de ascensão social e equalização de oportunidades. Fortalecida pelos ideais liberais de, liberdade, igualdade e fraternidade, num segundo momento, recoloca a educação como tema central no final do século XIX, e diferentes proposições formulam uma nova escola, surgem em vários países, numa proposta de romper com um modo tradicional de vida intelectual e moral, de atender às novas tarefas técnicas da atividade produtiva e de contribuir para estreitar as relações entre a ciência e a vida. (TIBALLI, 2013)



p.75).

O Brasil também foi palco desse movimento de mudanças, nas estruturas econômicas, políticas sociais e culturais das quais constituíam as bases oligárquicas por décadas. Nessas mudanças houve a instauração de condições necessárias à constituição do Estado Burguês. Isso não quer dizer que efetivou-se uma extinção das oligarquias, existentes nos estados, mas um grande enfraquecimento político e social. O Estado Brasileiro muda sua estrutura e novas classes dominantes assumem o poder. Neste contexto, a política educacional é fundamental para a mudança estrutural do pensamento, é necessário que os brasileiros tenham uma visão de futuro, de nação, e pra isso a escola é instrumento importantíssimo.

A escola brasileira desde seus primórdios jesuítas atendiam um esboço transplantado da Europa, de forma tradicional, erudita e para poucos, neste contexto não atendiam mais as necessidades sociais dessa nova forma a qual constituía o país. Era necessário renovar, buscar uma escola mais ativa, que atendesse a essa nova população brasileira. População essa, vindoura de um processo capitalista, industrial, caracterizado pelos ideais de ascensão e equalização de oportunidades. Neste pretexto, o discurso não correspondia mais apenas a herança, passado de pais para filhos, mas provia de uma meritocracia, de capacidades produtivas. Entretanto, importa expor que essa luta pela Escola Nova, não fundou-se na revolução de 30. Mas era uma luta que iniciara desde final do século XIX, como nos expõe Anísio Teixeira;

Somente nos fins do século XIX, começa-se, no mundo, a rever e transformar essa situação, com o aparecimento da chamada educação nova, do trabalho, ativa ou progressista, que mais não é que a percepção de que a formação do homem comum, ou melhor, a formação de todos os homens não podia obedecer aos mesmos métodos de formação de uma classe especial de estudiosos, eruditos, intelectuais ou cientistas. A escola chamada tradicional, com a sua organização, ou seu currículo, ou seus métodos, somente teria eficiência para o tipo muito especial de alunos, a que sempre servia, isto é, aqueles muito capazes e que se destinassem a uma vida de estudos literários ou científicos. Ora, nenhuma nação pode pretender formar todos os seus cidadãos para intelectuais. E como nenhuma escola também seria capaz disso, a escola comum, intelectualista e livresca, se fez uma instituição mais ou menos inútil para a maioria dos seus alunos. (TEIXEIRA, 1976, p.36/37)

Nepomuceno (1994) afere que a política educacional que se esboçou na década de 1930, constituiu papel importante tanto em território nacional quanto estadual para cumprir no



interior da sociedade aquilo para qual foi formulada. Papel este de modificar, redimensionar as políticas educacionais, criando órgãos que postulasse a Constituição de 1934. Ou seja submeter as responsabilidades desses órgãos ao controle do Estado. (NEPOMUCENO, 1994, p.25/26).

Nessa reorganização, enquanto processo, constitui-se de intervenção intencional e planejada na realidade, resultando uma expressante mudança social, cuja materialização se deu no plano econômico, no plano estrutural, político e educacional. Tais mudanças, consistiam em uma série de compromissos, os quais Nepomuceno (1994) especifica

- Dispositivos constitucionais que fornecem as diretrizes para a elaboração de um projeto nacional de educação;
- Leis e decretos que criaram os órgãos superiores do ensino, até então inexistentes (Ministérios, Secretarias, Conselhos, Departamentos, etc);
- Leis e decretos que expandiram as diferentes redes de ensino;
- Leis e decretos que introduziram as reformas educacionais(novos currículos, programas, metodologias, etc)
- Eventos educacionais promovidos pelo governo (conferências, congressos, semanas educativas, etc);
- Outros documentos oficiais que circularam no período (relatórios, mensagens, jornais, periódicos, etc.) (NEPOMUCENO, 1994 p.25)

A autora ainda ressalta que essas mudanças foram instrumentalizadas na proposta de ser “capaz de reformar e construir uma nova sociedade, conforme pregavam os defensores do escolanovismo..” (NEPOMUCENO, 1994 p.26)

A educação propagada pelos ideais escolanovistas era uma educação que possibilitava atender de acordo com as necessidades da sociedade naquele momento histórico. Isto é atendesse ao ideário industrial/ econômico, composto pelo capitalismo crescente que se propagava.

Em Goiás, reproduziu-se o que acontecia no país, com diferenças culturais advindas do poder político ao qual o estado se encontrava, a luta estava travada entre diferentes oligarquias⁴. Outro ponto a ser considerado é referente ao aspecto agrícola, o qual o estado se encontrava. Neste aspecto era necessário transformar o Estado de Goiás em um estado produtor agrícola, e para isto foi montado estratégias comerciais e educacionais.” Foi,

⁴ Em Goiás, não houve nas classes subalternas expressivas manifestações em relação a Revolução de 30 ou mesmo a República. Em razão dessa ausência, o surgimento de uma mentalidade republicana surgiu na ruptura dos próprios grupos oligárquicos dominantes. Ver mais afundo SILVA p. 61



portanto, na condição de fornecedor de matérias-primas e de produtos agropecuários para o Centro –Sul, que o Estado de Goiás se inseriu e se manteve no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (NEPOMUCENO, 1994 p. 29/30). Neste contexto, a educação goiana se estruturou fundamentada na estrutura capitalista a qual era inserido o povo goiano, mas estruturalmente num contexto rural⁵. Para que essa estrutura se fortalecesse, era necessário que a sua população se qualificasse, foi proposto, urbanizar a população, promover o ensino ao sertanejo, incorporar a prática o ideário de educar a população. Muitos foram os educadores goianos, que intuídos desta concepção e atrelados a esse novo estado, propagou trabalhos em prol dos ideais escolanovistas.

Sob a Revolução de 30 em Goiás e os escolanovistas

Sob a revolução de 30, Silva, (2005) retrata que foi um desses momentos de crise e reestruturação da acumulação, os quais promoveu uma reestruturação em todos os níveis, foi um momento significativo da revolução burguesa no Brasil (SILVA, 2005 p.17) e no estado de Goiás. Com a centralização do poder no Governo Federal houve em Goiás uma diminuição nos poderes das oligarquias que aqui comandavam. Fez-se fissuras dentro destas oligarquias que por meio de articulações políticas desembocaram em novos nomes para controlar o poder.

Assim, caiu a oligarquia Caiado e assumiu o poder Pedro Ludovico Teixeira, primeiro como interventor e posteriormente como governador do estado. Logo, era necessário promover mudanças que gerassem uma nova etapa para o Estado, baseada numa proposta de recente mercado interno. Foram criadas algumas medidas de acumulação nas quais estavam as regulações das relações de trabalho, a criação de um polo urbano, apoio á política de colonização sugerido por Vargas. Apoio a mudança de capital dentre outras (. SILVA, 2005 p.137-138);

⁵ Em 1927, o setor pecuário do Sul e Sudoeste do estado de Goiás juntos totalizavam cerca de 45,6% da produção do estado e a parte agrícola correspondia a 63,7% de toda produção. Ver -Silva, 2005 p. 111



A revolução de 30, modificou o pensamento e os padrões de referências da vida social e cultural. A partir deste cenário, houve uma separação entre o velho e o novo. Entre o que representava o passado, a tradição e o que representava o futuro, o renovador. Essas diferenças são explícitas nos discursos políticos, na visão de economia e na política educativa. Neste cenário a educação passa a ser vista como uma necessidade para inculcar o novo homem, e essa geração se forma na escola.

Não mais uma escola qualquer, mas uma escola com padrões renovadores, que fertilizasse a ideia que urge na modernidade, na propagação de um homem efêmero, pronto para as mudanças que a sociedade lhe propõe. Essa nova sociedade, buscava um modelo de um novo homem, um homem intelectualizado, urbano, ideologicamente envolvido numa proposta de renovação.

Havia um verdadeiro deslumbramento por parte dos escolanovistas em relação a educação como um problema social. Postulavam que na centralização do estado a função de zelar para que todos, independentes da classe social ou sexo fosse favorecido. Para que assim fosse, a escola deveria ser gratuita e obrigatória. Que sua função educativa desenvolvesse em cada um o máximo de suas capacidades. Acreditavam que a educação tinha o poder de capacitar as pessoas, e assim poderiam favorecerem ascensão social, per suas capacidades.

Muitos foram os intelectuais envolvidos neste movimento, os quais nos diferentes momentos e estados promoveram reformas, ressaltaram mudanças educacionais. Em Goiás, dentre muitos intelectuais envolvidos neste movimento, destaca-se duas professoras; Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, a qual realizou seus estudos na Escola Normal em São Paulo e foi diretora da escola Normal Oficial e Amália Hermano Teixeira, normalista pela escola normal de Goiás e posteriormente grande partícipe da propagação do ideário escolanovista e de atividades provenientes ao ruralismo goiano.

O escolanovismo e o ruralismo do ensino em Goiás, a construção de um *habitus*

Em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, desenvolveu os mesmos ideários nacionais, fundados pelos escolanovistas; entretanto com uma proposta ruralista inserida nesta política.



Segundo Vieira(2012) o movimento escolanovista em Goiás coexistiu com o processo ruralista. Fazendo uma junção. A autora justifica sua afirmação ressaltando que “considerava-se a Educação influenciada pelo Movimento Escola Nova, contudo, havia uma Tendência Política que articulava as práticas escolanovistas numa proposta de atender as populações rurais ao trabalho e permanência do campo” (VIEIRA, 2012 p.83-84). Neste mesmo enfoque, Silva (2005) também nos confere essa afirmativa, aferindo que a Política ruralista sempre foi muito assídua em Goiás;

Dominando as populações rurais, sem outros grupos sociais que pudessem contestar seu poder político, as oligarquias regionais estenderam seu poder a todos os níveis da sociedade e se apropriaram do aparelho de Estado, como forma de manutenção e reprodução de sus privilégios (SILVA, 2005 p. 48)

Após a revolução de 30, Goiás passou a ser visto como um estado com grandes possibilidades de desenvolvimento agrícola. Assim, era necessário qualificar o mercado de trabalho, organizando por meio da educação os déficit. Qualificar com ideais de modernidade. Segundo Vieira (2012 p.32) É notório uma movimentação do poder público goiano, após 30, representado por Pedro Ludovico Teixeira, na proposição de um projeto de modernização da economia, com o objetivo de proporcionar a incorporação de Goiás ao padrão de acumulação capitalista. E para atender essa necessidade, fazia-se importante que fosse inculcado pela escola, novos padrões, inserindo nestes novos padrões o homem do campo.

Entretanto, em Goiás, por ser um estado custeado pelas atividades agrícolas, precisava encontrar um ponto de interseção entre a escolaridade e ruralismo. Assim, na tese de VIEIRA, 2012. Que retrata sobre o ruralismo em Goiás, a autora aponta indícios que em Goiás o movimento escolanovista, fez-se junção ao movimento ruralista educacional, num propósito de educar o homem do campo no campo, com o propósito que os mesmos permanecessem no campo. Segundo a autora;

A reafirmação da vocação agrícola de Goiás, fazia parte de um processo que buscava construir uma identidade nacional que não se desvincula do rural e de seu papel no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do Brasil, o que se faz com o auxílio da formação escolar da população. (VIEIRA, 2012 p. 79)

Esse projeto, afirma Vieira (2012) fazia parte do projeto nacionalizador de Vargas cuja preocupação consistia na incorporação dos espaços a economia de mercado, nesse sentido



possibilitou o fortalecimento de mecanismos que favorecesse a ruralização do ensino, por meio de criação de clubes agrícolas, escolas rurais e exposições, conferências e semanas ruralistas, das quais a professora Amália Hermano Teixeira foi em Goiás, uma das representantes, sendo a mesma uma professora da Escola Normal Oficial em Goiânia e auto designada como professora advinda da Escola Nova. E também criadora do Clube agrícola da Escola Normal. Conforme exposto;

Tendo sido o Clube Agrícola “Couto de Magalhães” fundado pela professora Amália Hermano Teixeira, Catedrática de Geografia, Corografia do Basil e Cosmografia da escola Normal Oficial, em 21 de setembro de 1943, como uma feliz consequência das atividades e estudos realizados pela “SEMANA DA ÁRVORE” dêsse mesmo ano, a primeira leada a efeito no Estado de Goiás[...] (TEIXEIRA, 1946, p. 66)

No livro, *Escritores em Ação. Trinta anos de atividade cultural. Uma obra biográfica de escritores de Goiás*, Há uma autobiografia de Amália Hermano Teixeira, onde a própria, especifica sua participação no ensino e suas relações com o ensino rural em Goiás;

Em 1936 foi escolhida por seus meritos para ir ao Rio de Janeiro, onde se submetendo a rigoroso teste, frequentou o Curso de Extensão Rural, em grau universitário, promovido pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres(SAAT). Recebendo lições dos mais eminentes mestres adeptos da filosofia torreana, voltou para Goiás, encetando a campanha pela implantação dos Clubes Agrícolas nas escolas, visando despertar nas crianças e jovens o amor à terra e à natureza.(TEIXEIRA,1986, p.16)

Na afirmação acima fica explicito a participação da professora Amália Hermano Teixeira, na propagação do ideário de amor a terra e a natureza, utilizando para esse fim o ensino. Havia na propagação um ideário de amor a natureza, de cuidado, que se fazia presente nas intenções daqueles que se inseriam nesta proposta. Isso fica muito evidente nos discursos propagados pelos professores envolvidos e pelas práticas e envolvimento dos mesmos ao realizarem as ações e buscar condições de desenvolver tais procedimentos.

O clube é digno de todo nosso carinho, pois os seus objetivos são os mais nobres possíveis. Ele dignifica o trabalho manual; eleva e engrandece a vocação e profissão do lavrador; incentiva nos seus sócios o amor à terra, o sentimento da nobreza dos trabalhos agrícolas e a idéia do seu valor econômico e patriótico; mostra os horrores do abandono dos campos; protege os animais e as plantas; e desenvolve, ainda, interessantíssimos trabalhos como concursos de janelas floridas, campanhas contra queimadas, feiras dos produtos cultivados, campanha contra os insetos nocivos, etc. (TEIXEIRA.1946 p..82-84)



“Goiás era uma sociedade marcadamente rural, com formações urbanas inclusive do tipo ‘formações urbanas no meio rural’, não se formou, na região, um setor industrial”(SILVA, 2005 P.160) Era necessário adequar os programas escolanovistas; criar uma escola ampla, que valorizasse a renovação das práticas, do ensino que fosse fundado na experiência do aluno, que permitisse ao aluno aprender o que lhe fosse útil, e ao mesmo tempo um ensino que permitisse a inculcação de um sólido sentimento de amor a natureza e ao contato com a terra.

Um modelo que expõe toda essa manifestação de cuidado com a natureza, e de diferentes práticas que atendessem uma escola renovada, está explícita na Revista de Educação de 1960, nos vários modelos de planos de aula apresentados. Que por falta de espaço não serão aqui computados. Entretanto é necessário atentar em especial para este organizado pela professora Telezila Blumenschein, uma das professoras do Grupo Escolar “Modelo” de Goiânia, e a qual fundou a Escola isolada do Pôsto Agro-Pecuário de Goiânia, em reportagem, a mestra retrata na revista todo discurso de amor a árvore, por meio dos objetivos:

Motivação- O Dia da Árvore

b)Fazendo-a conhecer a contribuição da árvore ao progresso, nas diferentes fases da evolução econômica do Brasil.[...]

2-Associar os trabalhos de classe às atividades do Clube Agrícola. [...]

A) Tomar parte ativa nas festividades da árvore tanto na escola, como na Exposição Agrícola.

B) Apresentar trabalhos para a exposição como: composições, quadrinhos sobre a primavera, desenhos de árvores, arbustos, flores, frutos, etc.

c) **Concorrer a um dos prêmios oferecidos pela Secretaria da Agricultura,** apresentando a melhor composição do seu Grupo Escolar [...]

(REVISTA EDUCAÇÃO,1960 mar/abril/maio,p.16-17 grifos meus)

Nepomuceno, (1994) afere que a política educacional esboçada e posta em prática, em Goiás, atendeu a um domínio próprio, com território específico e com um papel determinado, cumprindo na sociedade para qual foi pensada. (NEPOMUCENO, 1994 p. 14). E essa política era forjada segundo Silva,(2005) nos ideias da Aliança Liberal, sustentadas pela mentalidade que os bons brasileiros, são aqueles que cooperam com os grandes chefes revolucionários na obra e na reconstrução da economia e na ordem social do país. Assim, mesmo não havendo uma política específica para atender a população rural, algo que contraria



por ser um estado com economia rural, utilizou-se de práticas comuns a escola normal, para inferir no meio rural a mesma educação utilizada em todo Estado.

Considerações finais

De acordo com Bourdieu, (1992) O habitus é uma subjetividade socializada e pensar a relação com base nesta categoria, implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados (SELTON, 2002 p.63). Aferido desta compreensão, observa-se que o movimento escolanovista representava sob esta ótica um habitus. No qual representava uma forma de pensar a educação a partir da renovação das práticas, do modo de fazer educação e de acreditar que por meio da educação os problemas sociais seriam resolvidos. Entretanto esse mesmo conceito de habitus, nos permite analisar o contexto educacional goiano, exposto a partir de uma formação rural, que assim os goianos necessitavam desenvolver uma amor a terra e ao campo. Assegurados por um discurso que o acesso à escola, deveria ser assegurados a todos, pois a educação não era só um instrumento de desenvolvimento para o estado como também um instrumento de permeabilização das classes e de superação das desigualdades sociais. (VIEIRA, 2005 p. 127).

A revolução de 30 trouxe ao país grandes modificações, das quais muitas em Goiás serviram para demarcar fronteiras, dissolver poderes e agregar novas políticas sociais quanto políticas educacionais. Em tempo se faz observar, que a educação goiana não sofreu apenas interferências escolanovistas e agrárias. Houve outros processos que ao mesmo tempo e espaço se fizeram atenuantes. E outros olhares para análise desta proposta. Entretanto, não caberia neste limite de trabalho tratar desses assuntos. Sendo demanda para um outro investimento de análise.

Referências

ARAÚJO, Jaqueline Veloso Portela de; **Ruralismo Pedagógico e o escolanovismo em Goiás na primeira metade do século XX: oitavo congresso brasileiro de Educação**. Tese de Doutorado. UFScar. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2271>

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Org. NOGUEIRA, Maria Alice CATANI,



Afrânio. 16. ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 2015.

DEWEY, John, **Como Pensamos**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

NEPOMUCENO; Maria de Araújo. **A ilusão Pedagógica 1930-1945: estado, sociedade e educação em Goiás**. UFG, Goiânia, 1994.

REVISTA DE EDUCAÇÃO . Janeiro-Fevereiro n.37, 1959.

REVISTA DE EDUCAÇÃO . Janeiro- Fevereiro nº42, 1960.

REVISTA DE EDUCAÇÃO . Março- Abril - Maio nº43, 1960.

ROSA, Maristela da; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; **Everaldo Adolpho Backheuser: expoente de um escolanovismo católico**. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 8, n. 14, jan./jun. 2016.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. São Paulo: FE/USP, maio/jun/jul/ago, 2002 n.20.

SILVA, Ana Lúcia. **A Revolução de 30 em Goiás**. 2. Ed. Goiânia: Cênone Editorial, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 2. ed. Atualidades Pedagógicas. Vol.132. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1976.

TEIXEIRA, Amália Hermano. **O Curioso “caso” da Escola Normal oficial; A história de uma Injustiça**. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda. São Paulo, 1946.

TIBALLI, Elianda Figueredo Arantes. NEPOMUCENO, Maria de Araújo. (coord) **Pensamento Educacional Brasileiro**. PUC Goiás, Goiânia, 2006.